

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E NOVE-----

Aos vinte dias do mês de Novembro de dois mil e nove, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

1. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Assembleia Distrital.-----
2. Eleição de cinco membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral – CIMAL. -----
3. Eleição de um membro da Assembleia Municipal para o Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Litoral – ACES. -----
4. Eleição de dois presidentes de Juntas de Freguesia (um efectivo e um substituto), para o Conselho Municipal de Educação. -----
5. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.-----
6. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----
7. Designação de quatro cidadãos para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém – CPCJ.-----
8. Eleição de dois Presidentes de Juntas de Freguesia (um efectivo e um suplente) para o XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses ANMP. -----
9. Regimento da Assembleia Municipal.-----
10. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----
 - a) Eleição de dois membros da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Selecção e Acompanhamento para a Atribuição de Bolsas de Estudo;
 - b) Atribuição de nome ao Pavilhão Municipal de Desportos de Santo André; ---
 - c) Derrama para o ano de 2010; -----
 - d) Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI; -----
 - e) Participação Variável no IRS – Fixação de percentagem; -----
 - f) Regulamento Municipal de Taxas. -----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Ramiro Francisco Guiomar Beja, Alexandre António Cantigas Rosa, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Nuno Alexandre Vilhena Braz, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Ana

Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal Vítor Proença, e dos senhores Vereadores Margarida Santos, José Rosado, Álvaro Beijinha, Arnaldo Frade, Óscar Ramos e Carlos Pereira Dias. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DO PS – FORMALIZAÇÃO-----

O Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, entregou na Mesa da Assembleia um documento formalizando a constituição daquele Grupo Municipal, o qual integra os sete eleitos do Partido Socialista, tendo como Coordenador Alexandre Rosa e como Coordenador-Adjunto, Fernando Pereira de Sousa. -----

SAUDAÇÃO-----

O Senhor Alexandre Rosa solicitou a palavra para apresentar uma saudação especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, extensiva aos membros da Mesa, desejando-lhe sucesso na coordenação dos trabalhos da Assembleia Municipal. -----
O Senhor Presidente agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas. -----

-----ORDEM DO DIA:-----

DELIBERAÇÃO SOBRE FORMA DE VOTAÇÃO PARA A ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NAS DIFERENTES COMISSÕES E ENTIDADES.-----

Por proposta do Senhor Presidente, foi dispensada, **por unanimidade**, a votação por voto secreto, das propostas de deliberação constantes na Ordem do Dia, excepto para a referente ao ponto 2. -----

1. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Assembleia Distrital.-----

A Senhora Maria de Fátima Boavida, eleita da CDU, propôs o **Senhor Rui Madeira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade**, para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal, em conformidade com o previsto na alínea b) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro.-----

Não havendo mais propostas, o Senhor Presidente colocou aquela proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

2. Eleição de cinco membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral – CIMAL.-----

O Senhor Presidente abriu o período para apresentação de listas pelos eleitos, em conformidade com o previsto na alínea b) do nº 2 do artigo 11º da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto. -----

Foram apresentadas três listas, as quais foram ordenadas da seguinte forma: **Lista A – PSD**, composta pelos eleitos Nuno Brás, Ana Raquel Nunes e António Isidoro; **Lista B – PS**, composta pelos eleitos Alexandre Rosa, Hugo Ferreira, Dulce Rito e Sandra Coelho; **Lista C – CDU**, composta pelos eleitos Ramiro Beja, Paula Lopes, Maria da Conceição Pinela, José Sucena e Daniel Silvério.-----

O Senhor Presidente colocou as propostas para votação, por voto secreto, tendo sido obtido os seguintes resultados: **Lista A = 3 votos; Lista B = 7 votos, e Lista C = 11 votos.**-----

Após a aplicação do método de representação proporcional, **foram eleitos os senhores Ramiro Beja (CDU); Alexandre Rosa (PS); Paula Lopes (CDU); Maria da Conceição Pinela (CDU) e Hugo Ferreira (PS).**-----

3. Eleição de um membro da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Litoral – ACES. --

O Senhor Igor Almeida Guerreiro, eleito da CDU, propôs o **Senhor Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata**, para representar o Município naquele Conselho, em conformidade com a alínea b) do nº 1, do artigo 31º do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.-----

Não havendo mais propostas, o Senhor Presidente colocou aquela proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

4. Eleição de dois presidentes de Juntas de Freguesia (um efectivo e um suplente), para o Conselho Municipal de Educação.-----

A Senhora Paula Lopes, eleita da CDU, propôs o **Senhor Pedro Miguel Pereira Gamito, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco, para membro efectivo daquele Conselho, e o Senhor Sérgio Manuel da Silva Santiago, Presidente da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, para membro suplente.**-----

Não havendo mais propostas, o Senhor Presidente colocou aquela proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

5. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.-----

O Senhor Daniel Silvério, eleito da CDU, propôs o **Senhor Fernando Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Água**, para integrar aquela Comissão, em conformidade com a alínea e) do nº 2, do artigo 157º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de Agosto. -----

Não havendo mais propostas, o Senhor Presidente colocou aquela proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

6. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----

O Senhor Sérgio Santiago, eleito da CDU, propôs o **Senhor Armando Climas, Presidente, da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu da Serra**, para integrar aquela

Comissão, em conformidade com a alínea b) do nº 1, do artigo 5º da Lei nº 14/2004, de 18 de Agosto. -----

Não havendo mais propostas, o Senhor Presidente colocou aquela proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

7. Designação de quatro cidadãos para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém – CPCJ. -----

O Senhor Vítor Paulo, eleito da CDU, propôs que fossem reconduzidos os cidadãos que integram aquela Comissão, eleitos pela Assembleia Municipal no anterior mandato, em conformidade com a alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, a saber:

- **Maria Fernanda Lima Fernandes Bica**, Licenciada em História. -----

- **Maria Pereira Delgado**, Licenciada em Serviço Social. -----

- **Maria do Céu Silva**, Enfermeira. -----

- **Rui Calado**, Médico. -----

Não havendo mais propostas, o Senhor Presidente colocou aquela proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

8. Eleição de dois Presidentes de Juntas de Freguesia (um efectivo e um suplente) para o XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses ANMP. -----

A Senhora Teresa Isabel Matos Pereira, eleita da CDU, propôs o **Senhor Joaquim Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos**, como **efectivo**, para representar a Assembleia Municipal naquele Congresso e o **Senhor Jaime Pires de Cáceres, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André**, como **suplente**. -----

9. Regimento da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente sugeriu a criação de um grupo de trabalho para análise do Regimento em vigor e com vista à sua eventual alteração. -----

O Senhor Alexandre Rosa, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Francisco Roque, eleito do BE, e o Senhor José Sucena, eleito da CDU, referiram que não tinham propostas de alteração a apresentar, dado que aquele documento tinha sido, recentemente, revisto, pelo que sugeriram que o mesmo fosse colocado a votação. -----

Não tendo sido levantadas quaisquer objecções sobre a sugestão apresentada, o Senhor Presidente colocou o **Regimento** a votação, o qual foi **aprovado, por unanimidade**, documento que é dado como reproduzido na presente acta, com o número vinte e quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

10. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----

--- a) Eleição de dois membros da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Selecção e Acompanhamento para a Atribuição de Bolsas de Estudo;

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “PROPOSTA: Solicitar à Assembleia Municipal a designação de dois membros para integrarem a Comissão de Selecção e Acompanhamento das Bolsas de Estudo.”-----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o nº2 do artigo 19º e nº 1, do artigo 20 do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior Politécnico e Universitário.”-----

O Senhor Presidente passou a palavra aos membros da Assembleia para apresentação de eventuais propostas. -----

O Senhor Vítor Paulo Miguel Barata, eleito da CDU, propôs a **Senhora Paula Maria Daniel Lopes** para integrar aquela Comissão.-----

O Senhor Nuno Braz, eleito do PSD, propôs a **Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes**, para integrar a Comissão.-----

Não havendo mais propostas, o Senhor Presidente colocou as propostas apresentadas para discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou as **propostas**, de imediato, a votação, as quais foram **aprovadas, por unanimidade**.-----

--- **b) Atribuição de nome ao Pavilhão Municipal de Desportos de Santo André;**----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA:** Atribuir o nome de “**Pavilhão Municipal Padre Amadeu Pinto**” ao equipamento referido em epígrafe.-----

FUNDAMENTOS: De Facto: 1. Ser o Padre Amadeu Pinto uma figura importante na origem e desenvolvimento do antigo Centro Urbano de Santo André, como se constata na nota biográfica, em anexo.*-----

A Junta de Freguesia de Santo André é também proponente desta designação, reconhecendo o papel preponderante do Padre Amadeu Pinto naquela localidade.-----

2. Constituir a atribuição da designação proposta um importante simbolismo para a cidade de Vila Nova de Santo André.-----

De Direito: A legislação é omissa quanto ao procedimento de atribuição de nomes de figuras públicas a equipamentos culturais e desportivos, todavia, por analogia, entende-se fundamentar com o disposto no artigo 64º nº 1 alínea v) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e reproduzida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte e cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio o senhor Jaime Cáceres, referindo que veio residir para Vila Nova de Santo André, em 1979, onde era complicado viver, dado que quase não existiam infraestruturas básicas, nomeadamente energia eléctrica, e o Padre Amadeu Pinto, chegou àquela Vila, quatro anos antes, em 1975, quando a situação ainda seria pior, começando nessa altura a promover reuniões com os moradores, as quais tinham lugar na sua casa, para formação do Clube Estrela de Santo André, e mais tarde para a construção do Pavilhão, em terreno que lhes foi cedido para o efeito pelo ex-GAS. Acrescentou que a Junta de Freguesia auscultou as pessoas de Santo André sobre o assunto, as quais consideraram justo que fosse perpetuado o nome do Padre Amadeu Pinto naquele equipamento, tendo em conta o seu empenho no sentido de criar condições para o bem-estar daquela população, sendo esse também o sentimento da Junta de Freguesia.-----

Referiu ainda que aquele foi durante muito tempo o único espaço onde as pessoas se encontravam e onde mais de seiscentos atletas praticaram desporto.-----

Interveio o Senhor Fernando Pereira de Sousa, referindo que os eleitos do PS se congratulavam pela apresentação da proposta por ambas as Autarquias, acrescentando que o Padre Amadeu Pinto deu muito do seu esforço a Vila Nova de Santo André e que não existe melhor local do que aquele Pavilhão para o homenagear. -----
Mais referiu que só quem passou pelas dificuldades que os pioneiros daquela terra passaram poderá dar o devido valor à sua obra. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade e aclamação.** -----

--- **c) Derrama para o ano de 2010;** -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA:** a) Que seja lançada a Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), a cobrar no ano de 2010, que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do Município, com vista ao reforço da capacidade financeira.-----

b) Que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-

FUNDAMENTOS: Nos termos da alínea b) do artigo 10º e do nº 1 e 2 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, e da alínea a) do nº 6 do artigo 64 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o **Senhor Francisco Roque**, referindo que a proposta da Câmara Municipal lhe suscitava questões idênticas às que levantou no ano anterior, nomeadamente no que respeita à aplicação daquela taxa aos pequenos negócios, pelo que **apresentou a seguinte proposta alternativa:** “Que se aplique uma taxa de Derrama de 1,2% sobre o lucro tributável sujeito a IRC para as empresas com um volume de facturação igual ou inferior a 150.000,00€.” -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que se pronunciou sobre a proposta apresentada pelo eleito do BE, referindo nomeadamente que, embora o Governo tenha produzido legislação no sentido da aplicação de taxas diferenciadas, não existem dados que permitam a aplicação das mesmas, apesar da insistência por parte da Associação Nacional de Municípios junto do Ministério das Finanças para a sua obtenção, acrescentando que este assunto irá ser debatido no próximo congresso daquela Associação, bem como a questão dos incentivos às empresas que não afectem os municípios, devendo também ser tido em conta que, desde 2006, a arrecadação de impostos por parte do Estado subiu vinte por cento, enquanto as transferências para os municípios cresceram somente cinco por cento.-----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, referindo que, do que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, se depreende que não existem os mecanismos para materializar a medida proposta, pelo que, sugeriu que fossem equacionadas outras medidas de estímulo às pequenas empresas.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a votação a **proposta alternativa** apresentada pelo Senhor Francisco Roque, eleito do BE, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com vinte e um votos contra, dos eleitos da CDU, três abstenções, dos eleitos do PSD, oito votos a favor, sendo sete dos eleitos do PS, e um do proponente. -----

O Senhor Presidente colocou em seguida a votação a **proposta da Câmara Municipal**, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Braz, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----
Sete votos contra, dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.-----
Uma abstenção do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.”-----

---- d) Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI;-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA: 1.** Aprovar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I) a incidir sobre o valor patrimonial tributário, a vigorar em 2010. -----

- Para Prédios urbanos – 0.7%.-----

- Para Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0.4%. -----

2. Que a presente proposta, seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 alínea f) do artº 53 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

FUNDAMENTOS: De acordo com as alíneas b) e c) do nº 1 do artº 112, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis publicado em anexo ao Decreto Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro e o disposto na alínea a) do nº 6 do artº 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o **Senhor Francisco Roque**, começando por referir que aquela proposta é a continuidade das que foram presentes à Assembleia nos anos anteriores, pelo que, apresentou as seguintes **propostas de recomendação à Câmara Municipal:**-----

1ª “Que a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida em Sessão Extraordinária em 20/11/2009 recomende à Câmara Municipal de Santiago do Cacém que proceda à identificação dos prédios urbanos degradados e devolutos há mais de um ano existentes no Município, e que a listagem destes prédios seja disponibilizada à Assembleia Municipal.”-----

2ª Que se apliquem taxas diferenciadas do IMI para os prédios urbanos situados fora dos perímetros urbanos de Santiago do Cacém e de Vila Nova de Santo André: -----

- 0.6% - Para prédios urbanos. -----

- 0.3% - Para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.”-----

Acrescentou ainda que deveriam ser aplicadas taxas que onerassem mais os proprietários dos prédios degradados e devolutos, de forma a desincentivar o abandono

dos edifícios, e que a segunda proposta tem a ver com incentivos à construção fora dos perímetros urbanos. -----

O Senhor Presidente colocou as propostas para discussão. -----

Interveio o Senhor Nuno Braz, referindo que a maioria dos prédios já foram avaliados no âmbito do CIMI. -----

Mais referiu que nem sempre a construção fora dos núcleos urbanos tem a ver com baixos rendimentos. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual lembrou que, no âmbito das medidas tomadas pelo Governo para fazer face à crise, foram retiradas verbas do IMI que constituíam recursos destinados aos municípios, no montante de cem milhões de euros. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal manteve os valores das taxas, e que estão sendo estudados mecanismos de incentivo à recuperação de edifícios no Centro Histórico de Santiago do Cacém, e nos núcleos históricos de Cercal do Alentejo e Alvalade, de forma a tornar aqueles espaços mais atractivos. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente, colocou a votação, separadamente, as duas **propostas de recomendação** à Câmara Municipal apresentadas pelo Senhor Francisco Roque, eleito do BE, sendo a **primeira proposta rejeitada, por maioria**, com vinte e um votos contra, dos eleitos da CDU, três abstenções, dos eleitos do PSD, oito votos a favor, sendo sete dos eleitos do PS, e um do proponente. -----

A **segunda** proposta, foi também **rejeitada, por maioria**, com vinte e um votos contra, dos eleitos da CDU, dez abstenções, sendo sete dos eleitos do PS e três dos eleitos do PSD, e um voto a favor, do proponente. -----

O Senhor Presidente colocou, em seguida, a **proposta** da Câmara Municipal a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Braz, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Sete votos contra, dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

Uma abstenção do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.” -----

--- e) **Participação Variável do IRS – Fixação de percentagem;** -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA: 1.** Definir para o ano de 2010 a taxa de 5% para a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município.-----

FUNDAMENTOS: De acordo com os nº 1 e 2 do artigo 20 da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e o disposto na alínea h) do nº 2 do artigo 53 e na alínea a) do nº 6 do artigo 64 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Braz, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.-----

Sete votos contra, dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.”-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Alexandre Rosa, Coordenador do Grupo Municipal do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto relativa às propostas da Câmara Municipal, alíneas c), d) e e): “Os eleitos do PS votaram contra as três propostas apresentadas pela Câmara Municipal, por entenderem que, mais uma vez, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém revela grande insensibilidade nesta matéria, não tendo em conta a necessidade de repensar a política de impostos municipais, colocando-a ao serviço de uma estratégia democrática do Município, preferindo, como foi dito a propósito das três situações, optar por escolher os limites máximos que a lei permite, e ao fazê-lo tomar opções políticas legítimas mas que merecem a nossa censura, por isso o nosso voto contra.”-----

--- **f) Projecto de Regulamento Municipal de Taxas;**-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **PROPOSTA:** Apreciar e aprovar o Projecto de Regulamento Municipal de Taxas. *-----

FUNDAMENTOS: 1. Atendendo aos novos critérios de fundamentação das taxas das autarquias locais, foi elaborado estudo económico-financeiro de todas as taxas municipais, a fim de as adaptar à lei.-----

2. O projecto de Regulamento foi submetido a apreciação pública de acordo com as normas legais.-----

3. É competente para aprovar os Regulamentos Municipais com eficácia externa, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.-----

4. Ao abrigo da Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro e alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18/2009, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”---

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte e seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente, por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, concedeu a palavra ao Dr. Jorge Pinto, o qual coordenou a equipa que elaborou o estudo económico-financeiro das taxas municipais, para dar alguns esclarecimentos técnicos, antes da discussão do documento. -----

Intervieram, em seguida, os senhores Nuno Brás, Dulce Rito e José Sucena, colocando algumas questões pontuais, devidamente esclarecidas pelo Dr. Jorge Pinto.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, Senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Braz, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

Oito abstenções, sendo sete dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.” -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **minuta, das deliberações** tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e quatro horas.-----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

